

Equador: Rafael Correa apoia ativamente a auditoria da dívida pública

www.cadtm.org

Eric Toussaint

Março de 2008

A comissão de auditoria integral da dívida pública interna e externa (CAIC) promoveu longas sessões de trabalho em fevereiro de 2008. Durante duas semanas, entre os dias 10 e 23 de fevereiro, 10 membros equatorianos e os 6 membros estrangeiros da CAIC trabalharam sem parar para adiantar o informe sobre a auditoria. O programa de trabalho se deu da seguinte maneira: três dias de reunião de cinco subcomissões (dívidas bilaterais, dívidas multilaterais, dívidas comerciais externas, dívidas comerciais internas e aspectos jurídicos), três dias de sessão plenária, dois dias de visita de campo, uma jornada de reunião com Ricardo Patiño (ministro de Coordenação Política e presidente da CAIC), meia jornada dedicada à apresentação dos resultados provisórios da auditoria ao presidente Rafael Correa, com a presença dos ministros Ricardo Patiño, Fausto Ortiz (Finanças) e Washington Pesantes (Justiça), uma jornada completa na Assembléia Constituinte e, finalmente, uma última jornada de reunião plenária da comissão para determinar a continuação das tarefas até julho de 2008.

Sete ou oito membros equatorianos da comissão trabalham tempo integral ou meio período há meses. Desde dezembro de 2007 são apoiados por uma dezena de especialistas dos setores financeiro e administrativo. Muitos membros estrangeiros também colaboraram com um trabalho impressionante durante várias semanas, tanto no Equador como em seus respectivos países. Milhares de páginas de documentos relacionados com contratos de endividamento foram minuciosamente analisados de diferentes pontos de vista: jurídico, econômico, social,

ambiental e político. Foram realizadas dezenas de entrevistas. Foram necessários muitos esforços e tenacidade para conseguir que certas instituições do Estado abrissem inteiramente seus arquivos que dizem respeito à dívida. Uma parte da resistência se deve à vontade de certos responsáveis pelo endividamento de criar obstáculos aos trabalhos da comissão. Ainda, em muitas funções do aparato estatal, entre os funcionários de carreira, seguem pessoas que tiveram alguma responsabilidade pelo endividamento ilegítimo nas décadas passadas. Essas pessoas não querem que seja descoberta sua infame cumplicidade. Felizmente, postos chave da administração estão ocupados por pessoas que querem que tudo venha à luz. E, entre os determinantes, está a vontade do presidente da República de ver realizadas as investigações da comissão. Graças à conjunção da determinação do presidente, do ministro que preside a comissão e da perspicácia dos membros desta, estamos chegando a resultados particularmente alentadores.

Sessão de trabalho com Rafael Correa

Na quarta-feira, 20 de fevereiro, o presidente Correa recebeu a CAIC no palácio presidencial de Quito. Este longo encontro foi realmente muito positivo. Mesmo com o momento não sendo muito propício: havia 15 dias que chuvas torrenciais se abatiam sobre a maior parte do território equatoriano. Na véspera de nosso encontro, a catástrofe natural adquiriu proporções ainda mais graves que nos dias anteriores. No dia 20 de fevereiro às 6 horas da manhã, o presidente reuniu diferentes ministros e o chefe das forças armadas para fazer um balanço da situação. Baixou um decreto que dava ordens ao exército de fornecer ajuda à população e, em particular, autorizando-o a intervir nas grandes plantações de bananas, cujos proprietários construíram muros que impediam a evacuação das águas. Devido à esta situação de maior gravidade, a reunião com o presidente Correa começou com duas

horas de atraso. Apesar disto, Correa manifestou grande interesse nos trabalhos da comissão. A reunião se dividiu em duas partes e durou cerca de três horas. Na segunda parte, Correa decidiu convocar rapidamente o ministro da Justiça e o conselheiro jurídico da presidência, e manifestou que queria adotar medidas legais para colocar em juízo os responsáveis pelo endividamento ilegítimo do país, especialmente os envolvidos no momento da emissão dos bônus Brady, realizados pelo Banco Mundial. Três dias depois, na ocasião de seu programa de rádio aos sábados, o presidente falou abertamente sobre a questão.

Seria possível tomar uma decisão ao acabarem os trabalhos da CAIC, depois de julho de 2008.

A Assembléia constituinte do Equador recebe a CAIC no dia 21 de fevereiro de 2008

O grupo nacional da dívida apresentou a Alberto Acosta, presidente da Assembléia Constituinte, uma proposta sobre o problema da dívida pública, que tem de ser levada em conta na redação da Constituição. Esta se encontra em fase de elaboração, e o texto final da proposta de nova Constituição deve ser adotado pela Assembléia no dia 24 de maio de 2008. (O texto definitivo talvez necessite de alguns meses suplementares). O projeto de Constituição será submetido ao sufrágio universal em um prazo de três meses depois de sua aprovação pela Assembléia Constituinte, a qual dispõe de plenos poderes, inclusive o de destituir o presidente. Em outubro de 2007 a Assembléia dissolveu o Parlamento, composto essencialmente por beneficiários do antigo regime, detestado pela maioria da população.

Em sua introdução, Alberto Acosta nos lembrou que Montecristi, pequena localidade onde a constituinte se reúne em sessão permanente, foi eleita para tal fim pois ali nasceu Eloy Alfaro, herói da revolução liberal, que lutou contra o

poder latifundiário e conservador, assumindo a presidência em 5 de julho de 1995. Em seu governo colocou em andamento transformações sociais e econômicas revolucionárias. Em 1896, Alfaro suspendeu o reembolso da dívida. A burguesia e os grandes latifundiários, apoiados pela hierarquia católica, propiciaram seu assassinato em 1912.

Quem participou desta reunião "histórica"? , nos termos de Alberto Acosta. Sete delegados do grupo nacional Dívida, entre eles vários membros da Jubileu 2000 Rede Guayaquil, e também María Isabel Altamirano, membro do CADTM Equador, além de dez delegados da Comissão da Auditoria Integral da Dívida Pública do Equador. A representante do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) apresentou um projeto elaborado pelo grupo nacional Dívida no curso dos últimos dias (eu participei na elaboração desta proposição durante as duas últimas semanas). Oscar Ugarteche (economista peruano, atualmente professor no México) leu o informe intermediário da atividade da CAIC.

Depois da reunião com Alberto Acosta aconteceu uma outra, às primeiras horas da tarde. A CAIC foi recebida pela 7ª comissão, denominada "Princípios que regem o desenvolvimento", que faz a redação de uma parte da Constituição. Cada comissão se compõe por dezenas de deputados da Constituinte. O diálogo com esta comissão durou três horas e o resultado foi bastante animador, pois Pablo Lucio Paredes, um dos deputados integrantes da comissão, adotou um tom muito crítico com respeito à apresentação dos trabalhos da CAIC. Deve ser dito que ele é um membro da direita e que esteve no poder nos anos 90, onde desempenhou um papel muito ativo na aplicação das políticas neoliberais, que tanto dano causaram ao país. Claramente, este deputado não deseja em absoluto que a presidência da República questione o pagamento da dívida do Equador. O resto dos deputados membros da 7ª comissão da Assembléia Constituinte,

ao contrário, expressaram seu apoio aos trabalhos da comissão.

Além dos trabalhos da CAIC

Além da minha participação em fevereiro de 2008 nas atividades da CAIC, tive várias reuniões de trabalho com Pedro Páez, ministro de Coordenação Econômica, que versaram principalmente sobre o Banco do Sul, o CIADI (Centro Internacional de Arranjo de Diferenças sobre as Investimento), as prioridades da política econômica do governo etc. Assim mesmo, mantive duas reuniões com CADTM Equador, o que, por outro lado, organizou uma sessão pública de informação no dia 20 de fevereiro em Quito, na qual deram a palavra três membros da CAIC. Tive uma entrevista radiofônica na Rádio Nacional da Argentina sobre o tema da auditoria da dívida, assim como outra entrevista escrita no site de internet argentino Terra, sobre o Banco do Sul. Enfim, aproveitei também a minha estadia para preparar a edição equatoriana para a editora Abya Yala de dois livros do CADTM: o do Banco do Sul e a auditoria da dívida do Equador.

Planejamento das atividades e do próximo grande encontro da CAIC

Até o final de julho deste ano, a CAIC prosseguirá sua análise detalhada da auditoria da dívida. Nos dias 3 e 4 de julho terá lugar em Quito um importante seminário internacional sobre o direito e a dívida. A CAIC se reunirá na continuação, entre os dias 7 e 11 de julho, para aprovar o informe final e as recomendações que apresentará nos dias seguintes à presidência da República. A partir de 16 de julho, acontece uma reunião sobre estratégia das campanhas internacionais da dívida, com cerca de 500 delegados de todos os continentes. Os meses que estão por vir serão, portanto, determinantes para o Equador.

TRADUÇÃO: Mariana Tamari